

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 2 DE MAIO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência da senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte, por motivos profissionais.

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD.14)

A senhora Vereadora **Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** informou sobre a morte inesperada do Dr. João António Gomes de Carvalho, Diretor Clínico do Serviço de Rastreio do Cancro da Mama do Núcleo Regional Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro, tendo sido proposto um voto de profundo pesar pela morte deste distinto médico que sempre coordenou de forma extraordinariamente

Presidente

Secretário

empenhada o rastreio do cancro da mama, acompanhando, de uma forma especial, as mulheres lamecenses que recorriam àquela Instituição. Este voto de pesar é extensivo à Família do Exmo. Sr. Dr. João Carvalho e ao Núcleo Regional Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro na pessoa do Exmo. Sr. Dr. Vítor Veloso, seu Presidente.

Deliberado: O executivo aprovou, por unanimidade, este voto de pesar, que deverá ser transmitido ao Sr. Presidente do Núcleo Regional Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro e à família do Sr. Dr. João António Gomes de Carvalho.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

O senhor Vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, referiu-se às alterações que irão ocorrer com os museus do Estado, informando que já foi aprovada a Lei Orgânica da Direção Geral do Património Cultural, que irá provocar uma alteração profunda na gestão dos museus e respetivas tutelas.

Afirmou que os decisores não se basearam em dados concretos, e está muito preocupado com a possível desclassificação do Museu de Lamego, que passará a depender da delegação regional de cultura do norte.

Lembrou que o senhor Secretário de Estado da Cultura tinha dito que nada iria ser feito sem haver uma discussão aberta e transparente sobre esta nova Lei Orgânica junto dos responsáveis profissionais do setor, o que afinal não veio a acontecer, o que muito o preocupa.

Acresce que alguns museus deixarão de ter diretores, nos termos das novas disposições orgânicas, o que é ilegal à luz da Lei Quadro dos Museus Portugueses, e considerou que tais alterações não representarão quaisquer poupanças significativas ao erário público, porque a maior parte dos diretores são técnicos superiores da própria administração pública, que se encontram já no topo das respetivas carreiras. Será, portanto e apenas, uma despromoção simbólica, de autonomia e afirmação gestonária por parte de cada uma destas estruturas museológicas, sem que se vislumbrem quaisquer benefícios financeiros, técnicos, científicos, culturais ou sociais.

O senhor **Presidente da Câmara** mostrou-se preocupado com o facto de que esta alteração possa ser vista como uma desclassificação do Museu de Lamego, e, consequentemente, possa significar uma desvalorização cultural e turística do concelho e da região.

Presidente

Secretário

Por outro lado, esta mudança, com a criação da direção regional, pode trazer aspetos positivos, dado que as decisões passarão a estar mais próximas, a um nível regional, significando em termos políticos mais descentralização, resolvendo-se, assim, com este grau de proximidade os problemas de uma forma mais célere, passando as expectativas a ter melhor acolhimento.

O princípio da descentralização significa mais autonomia na tomada de decisões seremos, todavia, intransigentes na salvaguarda do património e acervo do Museu de Lamego e da sua classificação e integração na rede nacional de Museus.

O senhor Vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** disse que a ausência de direções só se poderia entender, e mesmo assim em termos meramente hipotéticos e académicos, em casos de museus existentes na mesma localidade, cuja proximidade poderia redundar em benefício a existência de uma só direção. Quanto ao mais, deve haver uma direção onde só existe um Museu, como é o caso de Lamego.

O museu de Lamego, e todos os outros que se encontram na mesma situação, deixando de pertencer a uma estrutura central, passam a ter que percorrer caminhos mais longos para resolver os seus problemas quotidianos, uma vez que as especificidades das matérias museológicas obrigarão sempre ao recurso dos serviços centrais, os únicos que possuem técnicos e competências adequadas nas áreas da museologia, museografia e conservação e restauro de bens museológicos no país. Significa isto que tais processos irão em primeira instância aos serviços regionais e depois retomarão o ciclo normal de encaminhamento para os serviços centrais, como acontecia até esta data. Estas situações só seriam evitadas se as direções regionais tivessem capacidades humanas, técnicas e financeiras adequadas para resolver todos estes assuntos do foro museológico, o que se nos afigura muito difícil de acontecer, dados os condicionalismos financeiros que atravessamos atualmente.

Referiu, finalmente, que o Museu de Lamego está a preparar uma grande exposição, a ser inaugurada no próximo dia 17 de maio, com a colaboração do Museu da Presidência da República, Manufatura de Tapeçarias de Portalegre e outros museus da região do Douro e Trás-os-Montes.

Mais referiu que este grande evento acarreta algumas despesas, tendo contactado alguns empresários para obter apoios mecenáticos, mas não encontrou grande

Presidente

Secretário

entusiasmo e receptividade por parte deles, certamente devido à atual crise que o país atravessa.

Assim, solicitou à Câmara Municipal, dentro dos seus limites e condicionalismos financeiros, que concedessem alguma ajuda para a concretização desta exposição.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que apenas poderia assegurar o alojamento e respetivas refeições à equipa de montagem e desmontagem da exposição, tendo já sido interpelado por responsáveis do evento, para o efeito.

De seguida a senhora Vereadora **Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira**, referiu-se ao evento “Parlamento Europeu Jovem”, informando que este ano Lamego foi escolhido para fazer a seleção dos jovens que irão representar Portugal naquele evento.

Que esteve no Município de Lamego, durante quatro dias, a nata dos jovens, cerca de 130 jovens entre professores.

Informou ainda que foi feito um convite à Escola Latino Coelho, para fazer parte da próxima seleção.

TUTELA, TRIBUNAL (CÓD. 64)

O senhor **Presidente da Câmara** informou que esteve na semana passada, com o senhor Vice-Presidente, em Lisboa, no Ministério da Justiça, numa reunião com senhor Secretário de Estado da Justiça, onde foi tratada a questão da extinção dos tribunais, tendo-se notado algumas inflações, depois de ter havido uma reunião com quarenta Presidentes de Câmara.

Segundo o senhor Secretário de Estado esta reforma visa a simplificação de processos, flexibilização dos tribunais, melhor informação e informatização dos mesmos, que já está a decorrer, e distribuição territorial mais eficaz da justiça, ficando uma comarca em cada distrito.

O senhor Presidente da Câmara disse que esta última decisão está tomada e será irreversível.

Todos os outros tribunais terão secções, como o de Lamego, com competências mais ou menos abrangentes, com um ou outro funcionário judiciário, que terá acesso ao sistema informático. As testemunhas poderão ser ouvidas em teleconferência.

Presidente

Secretário

O Tribunal de Lamego poderá baixar de categoria, disse que aguarda por parte do senhor Secretário de Estado uma decisão, em virtude de alguns municípios se mostrarem interessados pertencer a Lamego.

Esta solução é menos prejudicial para o Tribunal de Lamego do que aquela que estava prevista pelo anterior governo.

O tribunal de Lamego não fica pior, pois terá sempre funcionários e juizes, sofrerá apenas uma desclassificação, sendo uma estrutura mais simples, com condições de despacho e condições de trabalho.

O senhor Presidente informou ainda que, quanto aos julgados de paz, não concorda de maneira nenhuma, com o projeto apresentado pelo Governo, que quer transferir para Santa Marta de Penaguião, disse que, ainda assim, o senhor Secretário de Estado lhe pediu para apresentar uma proposta,

O senhor **Jorge Guedes Osório Augusto**, informou que esteve presente, com o senhor Presidente da Câmara, no dia 24 de abril, na cidade de Viseu, na cerimónia de abertura da Rota do Caminho Interior de Santiago, que para além de Lamego, contou com a presença de sete municípios – Viseu, Castro Daire, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, que trabalharam em conjunto para recuperar, reabilitar e dinamizar o novo Caminho Interior de Santiago. A cerimónia de abertura desta rota juntou os autarcas dos concelhos abrangidos que percorreram, na cidade de Viseu, um curto troço urbano que terminou no Adro da Sé, onde foi descerrado um monólito evocativo desta importante antiga via de peregrinação.

O senhor **Presidente da Câmara de Lamego** realçou o interesse da criação deste projeto intermunicipal para o incremento de visitantes nos concelhos por onde passa o traçado, sendo uma satisfação que Lamego integre a nova rota, um percurso que se coloca ao dispor dos peregrinos ao longo do qual poderão contemplar a beleza paisagística e arquitetónica de um concelho que tem dentro das suas fronteiras área classificada pela UNESCO como Património da Humanidade.

Na fronteira de Portugal com Espanha, ao trilharem o Caminho Interior de Santiago os caminhantes seguem setas amarelas e, para descansar, podem contar com uma rede de albergues que os acolhem a cada 20/25 quilómetros, aproximadamente.

A rota atravessa a fronteira em Vilarelho da Raia, percorrendo depois cerca de 180 quilómetros da Via da Prata (Sevilha-Santiago), em território espanhol. Diferencia-

Presidente

Secretário

se de outras vias de peregrinação já marcadas em Portugal por permitir a sua utilização para peregrinação ao Santuário de Fátima.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

Presente à reunião um e-mail, datado de 16 de abril de 2012, dando conhecimento dos novos corpos gerentes da direção da Obra Kolping.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

Presente à reunião um ofício oriundo do Município de Aguiar da Beira, o qual solicita que a Câmara Municipal de Lamego, manifeste o interesse na aquisição de 999 (novecentas e noventa e nove) ações, pelo seu valor nominal de 4.987,98 € (quatro mil, novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), da empresa Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM S.A.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, informar que não está interessada na compra das referidas ações.

Mais deliberou, informar o Município de Aguiar da Beira, que esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 5 de abril de 2011, tomou a decisão de propor a venda das ações que detém na empresa Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM S.A.

OBRAS DO ESTADO (COD. 40)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor dos ofícios enviados pelo IGESPAR, referentes à classificação da Casa e Capela de Santo António, freguesia de Britiande e da Igreja de S. Silvestre, Matriz de Britiande, freguesia de Britiande, concelho de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 4ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 174.620,00€, reforçando-se as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços, bem como transferências para as freguesias. Procede também à 4ª alteração do Plano de Atividades reforçado em

Presidente

Secretário

41.870,00€ e anulado em 37.870,00€ e à 4.^a Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 55.000,00€ e reforçado no mesmo montante.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

CAMARA MUNICIPAL (COD. 54)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do ofício emanado da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, datado de 9 de abril de 2012, no qual agradecem ao senhor Presidente da Câmara a excelente colaboração e apoio levado a cabo nas Solenidades da Semana Santa, facto que muito contribuiu para o esplendor e prestígio de uma tradição religiosa cumprida anualmente na Semana Santa.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento

CAMARA MUNICIPAL (COD. 52)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do relatório distrital de incêndios do ano 2011, elaborado pela GNR, Secção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

TRÂNSITO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (COD 62)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do teor do ofício emanado da PT Comunicações, S.A., datado de 17 de abril de 2012, referente à cobertura do sinal de Televisão Digital Terrestre, no concelho de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 30 de março de 2012, cuja dotação orçamental é de 469.862,05 € e dotação não orçamental é de 134.148,16 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

Presidente

Secretário

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 17 de abril de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: RESTITUIÇÃO DE VALOR PELA COBRANÇA INDEVIDA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 187/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 265/DMSU, de 16 de abril de 2012, referindo que, devido a um lapso cometido na cobrança das taxas de ligação, colocação e IVA, respeitantes à celebração de um contrato de fornecimento de água, foi liquidado pelo senhor Alexandre Bazir Matos, a quantia de 56,24 €, quando o montante a cobrar deveria ter sido 24,40€.

Assim, propõe à Câmara Municipal a restituição de 31,84€, ao senhor Alexandre Bazir Matos.

Deliberado: O executivo deliberou, por unanimidade, restituir a quantia de 31,84€, ao senhor Alexandre Bazir Matos.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: DESTAQUE NO FEMININO, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 188/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 252/DMSU, de 10 de abril de 2012, sejam anuladas as faturas n.º 157768, de dezembro/2011, no valor de 17,05€, e 11990, de janeiro/2012, no valor de 11,89€, referentes à instalação n.º 17800, uma vez que as referidas faturas foram emitidas após a denúncia do respetivo contrato de água pela firma acima referenciada.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: CAMILO RODRIGUES DE BASTOS

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 194/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor Camilo Rodrigues de Bastos, foi notificado, através do ofício n.º 3370, de 7 de março de 2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 148/DMSU, de 17 de fevereiro de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que sempre que ocorra uma desistência de contrato de água, manter-se-á em vigor o pagamento dos valores mínimos das taxas de saneamento e de recolha de resíduos sólidos, nos termos do capítulo XI, artigos 1º a 6º do Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOAQUIM PINTO FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 195/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor Joaquim Pinto Ferreira, foi notificado, através do ofício n.º 1388, de 30 de janeiro de 2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 69/DMSU, de 23 de janeiro de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que sempre que ocorra uma desistência de contrato de água, manter-se-á em vigor o pagamento dos valores mínimos das taxas de saneamento e de recolha de resíduos sólidos, nos termos do capítulo XI, artigos 1º a 6º do Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos.

Presidente

Secretário

06-ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: VÍTOR MANUEL DA SILVA OLIVEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 196/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor Vítor Manuel da Silva Oliveira, foi notificado, através do ofício n.º 3417, de 12 de março de 2012, dos fundamentos vertidos na informação n.º 183/DMSU, de 5 de março de 2012, no sentido de indeferimento da pretensão identificada em epígrafe.

Face ao exposto e tendo-se determinado o prazo de 10 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do CPA, sem que o mesmo se pronunciasse, propõe à Câmara Municipal que delibere o indeferimento da pretensão formulada.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, que sempre que ocorra uma desistência de contrato de água, manter-se-á em vigor o pagamento dos valores mínimos das taxas de saneamento e de recolha de resíduos sólidos, nos termos do capítulo XI, artigos 1º a 6º do Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos.

07-ASSUNTO: PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO – APITIL (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 189/01/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo a aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – Apitil.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, LDA.**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 190/01/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 219/DMSU, datada de 23.03.2012, elaborada pela técnica superior Eng.ª Ana Pinto, a qual informou sobre a amostra de análises recolhidas pelo LRTM, alusivo ao ponto de amostragem, coletor municipal, no sistema de Penelas – Cambres, concluindo que “... verificou-se que o resultado obtido no parâmetro CQO (Carência Química de

Presidente

Secretário

Oxigénio) foi de 1104 mg/L O₂, concluindo-se que o mesmo não cumpre os Valores Limite de Emissão (VLE) na descarga de águas residuais do Apêndice 3 do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente, parâmetro CQO, VLE=1000mg/L O₂".

Ora, tal situação é passível de constituir contraordenação nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 94.º, do Regulamento Municipal de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais e Tarifários do Município de Lamego, e punível nos termos do n.º 1 do artigo 95.º, do mesmo Regulamento, com coima graduada de 349,16€ a 29.927,87€, tratando-se de pessoa coletiva.

Assim, propõe à Câmara Municipal, a instauração de processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, instaurar o processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A., conforme proposto.

09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 191/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada do auto de notícia da GNR de Lamego por contraordenação nº 44/2012NPA.LMG, datado de 26.03.2012, no qual relata que no dia 20.12.2011, pelas 10h04, no âmbito da sua Missão Geral, o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), procedeu à recolha de uma amostra de águas residuais industriais na junção da conduta proveniente da Fabrica dos Lacticínios dos Paiva, com a conduta do saneamento público. Nessa mesma data enviou a referida amostra para ARH Norte – Administração da Região Hidrográfica do Norte IP – Porto, para proceder as análises laborais.

Após uma breve análise aos resultados dos parâmetros que constam no relatório de ensaios, comparados com os que constam no contrato de recolha de águas residuais Industriais e Informação Nº 699/DMSU, de 19/09/201, da Câmara Municipal de Lamego, celebrado entre a Entidade Gestora e os Lacticínios do Paiva, S.A., verifica-se que essas águas acusaram uma elevada concentração de sólidos suspensos totais, bem como de carência química de oxigénio e de carência bioquímica de oxigénio. Esta recolha de águas residuais industriais, foi levada a

Presidente

Secretário

cabo em virtude de as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, estarem constantemente a denunciar que a arguida supra identificada, descarga águas para o coletor público com parâmetros superiores aos obrigados por esta a receber, alegando que não tem capacidade para as receber nem para tratar afluentes desse tipo. A SEPNA desconhece qual o motivo de as águas residuais recolhidas apresentarem parâmetros superiores ao permitido, uma vez que a arguida dispõe um pré tratamento dos seus afluentes (ETAR e lagoas de apoio a ETAR) antes da sua ligação ao sistema público. No entanto, também desconhece, em pormenor, se a ETAR de Cambres – Lamego estará dimensionada ou tem capacidade para receber os afluentes industriais provenientes dos Lacticínios do Paiva.

Tal situação é passível de constituir contraordenação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 94º do Regulamento Municipal de Distribuição de águas e Drenagem de Águas Residuais e Tarifários do Município de Lamego, que constitui contraordenação a inobservância dos deveres impostos na alínea f) do artigo 8º, ou seja, o incumprimento das condições e obrigações constantes do contrato, punível com coima graduada de 349,16€ a 29.927,87€, tratando-se de pessoa coletiva.

Assim, propõe, à Câmara Municipal de Lamego, a instauração do processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, instaurar o processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A., conforme proposto.

10-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 192/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 9/DAC, datada de 10.01.2012, elaborada pela técnica superior, Dr.ª Rosália Vigia, informando que a GNR tem recebido informações, via fax, por parte da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), a dar conta de descargas descontroladas por parte da empresa Lacticínios do Paiva SA, que ao descarregar as águas degradadas provenientes da laboração no coletor público, chegam à ETAR, de Cambres e apresentam parâmetros muito elevados, o que impossibilita o seu tratamento, obrigando os técnicos da ATMAD que operam na referida ETAR a fazer “by pass” para o Rio Douro.

Presidente

Secretário

Após diligências encestados pelo governo na recolha de amostras de águas, que foram enviadas para ARH Norte.

No âmbito da mesma informação, a mesma técnica superior concluiu que “o regulamento de distribuição de água e drenagem de águas residuais do Município de Lamego, no seu artigo 24º, define que as águas residuais industriais podem ser misturadas com as águas residuais domésticas desde que possuam características idênticas a estas últimas, obedeçam às regras previstas nos artigos seguintes e na legislação específica de cada sector e que haja disponibilidade de transporte. A junção de águas residuais só pode ser concretizada após celebração de contrato entre a entidade gestora e a unidade industrial, o contrato de recolha de águas residuais firmado entre o Município de Lamego e a Lacticínios do Paiva, Lda., em 22.09.2011, impõe à sociedade o cumprimento dos condicionalismos e parâmetros impostos na informação nº 699/DMSU de 19.09.2011, nomeadamente, dos valores limites de emissão supra referidos. Os valores resultantes das análises efetuadas pela ARH Norte, atrás referidas, referentes a uma das amostras, são manifestamente superiores aos valores impostos contratual e legalmente, pelo que se verifica violação das disposições contratuais.

Tal situação é passível de constituir contraordenação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 94º, do Regulamento Municipal de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais e Tarifário do Município de Lamego, em que constitui contraordenação a inobservância dos deveres impostos na alínea f) do artigo 8º, ou seja, o incumprimento das condições e obrigações constantes do contrato, punível com coima graduada de 349,16€ a 29.927,87€, tratando-se de pessoa coletiva.

Assim, propõe, à Câmara Municipal de Lamego, a instauração do processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, instaurar o processo de contraordenação à Lacticínios do Paiva, S.A., conforme proposto.

11-ASSUNTO: MINUTA DO REGULAMENTO DO PEDDY-PAPER A REALIZAR NO DIA 9 DE MAIO – “DIA DA EUROPA” (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 193/20/12 da senhora Vereadora da Juventude e Desporto, propondo à Câmara que seja aprovada a minuta do regulamento do peddy-paper que se vai realizar no próximo dia 9 de Maio de 2012

Presidente

Secretário

– Dia da Europa, tendo por tema – “2012 Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre gerações”.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

12-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/02 POR INICIATIVA DA CÂMARA (COD 39)

REQUERENTE: MUNICIPIO DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE SÃO SEBASTIÃO – ROTUNDA DR. FERNANDO AMARAL - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 197/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a Câmara pretende alterar o destino de uma parcela com a área de 1.488,50m², do loteamento com o alvará n.º 4/02, sito na Quinta de S. Sebastião – Rotunda Dr. Fernando Amaral, freguesia de Almacave.

A proposta vem acompanhada do parecer favorável do Chefe da DUDE, datado de 13 de abril de 2012, que incidiu sobre a informação técnica n.º 1238, de 12 de abril de 2012.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere que seja dada continuidade ao processo com a elaboração da proposta de alteração ao loteamento, alterando o destino daquela parcela de espaços verdes para espaço do domínio privado municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

13-ASSUNTO: LOTEAMENTO N.º 2/87 - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 39)

REQUERENTE: CONSTRUÇÕES RAMOS E MARAVILHA, LDA.

LOCAL: LARGO DO DESTERRO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 198/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que, nos termos do artigo 87º. Do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria para receção definitiva das obras de urbanização do loteamento com o alvará n.º 2/87, reduzindo-se o valor da caução para 5.146, 23 €.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, homologar o auto de vistoria referenciado em epígrafe, reduzindo o valor da caução para o valor proposto.

Presidente

Secretário

14-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – NOVO LICENCIAMENTO DO PROC. 384/99 (**COD 42**)

REQUERENTE: MARIA LUISA DA SILVA CORREIA RODRIGUES

LOCAL: PORTELO DE CAMBRES - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 199/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que refere que a requerente executou a obra ao abrigo do alvará de reconstrução n.º. 89/09, tendo-lhe sido concedido o alvará de utilização n.º. 148/09, emitido em 26/10/2009.

Em 02.02.2012 deu entrada no município uma queixa apresentada pelo senhor João Tomás Dias, contestando a existência das escadas de acesso ao edifício, segundo a qual as mesmas impedem o acesso ao seu armazém.

Na sequência de várias informações, a requerente foi notificada a proceder à demolição do pequeno compartimento destinado a depósito de gás, remoção do degrau e à colocação da porta, tal como consta no projeto aprovado.

Em resposta veio a proprietária expor que o espaço ocupado pelo compartimento destinado a depósito de botijas de gás sempre foi utilizado para arrumos diversos da casa há mais de 20 anos, e que o degrau executado em desconformidade com o projeto encontra-se solto, podendo ser removido a qualquer altura. Quanto à porta encontra-se em conformidade com o projeto aprovado.

Face ao exposto, propõe à Camara que delibere ou não a demolição proposta, tendo em conta a situação de facto, bem como os interesses em causa (particulares e urbanísticos).

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, revogar a decisão do senhor Vice-Presidente da Câmara, mantendo-se a construção como está, baseado no direito à habitação, já que foi cumprido o projeto.

15-ASSUNTO: INTERESSE CONCELHIO E RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ALOJAMENTO DO AGRO-TURISMO EM ESPAÇO RURAL (**COD 42**)

REQUERENTE: MANUEL ILDEFONSO DIAS, SOCIEDADE UNIPessoal LDA

LOCAL: QUINTA DOS MOLEIROS, MOINHO 1 – ART.º. 602 – VARZEA DE ABRUNHAIS

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 200/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º. 120, datada de 30.03.2012 e do parecer do Chefe da Dúda, de 02.04.2012, referindo que, o requerente foi notificada nos termos do artigo 101 do CPA, da intenção de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a), do n.º.1 do art.º. 24 do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16/12.

No período de alegações veio a requerente solicitar o prazo de 90 dias para proceder às alterações ao projeto, prazo esse que lhe foi concedido.

Vem agora passado esse prazo, o requerente solicitar novo prazo, agora de um ano.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere sobre o pedido da requerente.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, prorrogar o prazo, por mais um ano.

16-ASSUNTO: INTERESSE CONCELHIO E RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ALOJAMENTO DO AGRO-TURISMO EM ESPAÇO RURAL (**COD 42**)

REQUERENTE: MANUEL ILDEFONSO DIAS, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA

LOCAL: QUINTA DO MOURÃO, MOINHO 2 ARTIGO 603 – VARZEA DE ABRUNHAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 201/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º. 119, datada de 30.03.2012 e do parecer do Chefe da Dúda, de 02.04.2012, referindo que o requerente foi notificado nos termos do artigo 101 do CPA, da intenção de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a), do n.º.1 do art.º. 24 do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16/12.

No período de alegações veio o requerente solicitar o prazo de 90 dias para proceder às alterações ao projeto, prazo esse que lhe foi concedido.

Vem agora passado esse prazo, o requerente solicitar novo prazo, agora de um ano.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere sobre o pedido da requerente.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, prorrogar o prazo, por mais um ano.

17-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE UM TALHO/COMÉRCIO DE CARNES (**COD 42**)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: MANUEL DO ROSÁRIO OLIVEIRA**LOCAL:** RUA D. JOÃO DA SILVA CAMPOS NEVES, FRACÇÃO M - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 202/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada do parecer do Chefe da DUDE, de 20.03.2012, referindo que o requerente ao não proceder ao pagamento das taxas para a emissão da autorização de utilização no prazo concedido, o ato caducou nos termos do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º. 555/99, 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia ao interessado, pelo que propõe à Câmara que delibere que se proceda à audiência prévia, nos termos do n.º.5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

18-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO (COD 42)**REQUERENTE:** COLHEITA CERTA, RESTAURAÇÃO E TURISMO, LDA.**LOCAL:** DORNAS - PRETAROUCA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 203/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que em reunião municipal de 07.02.2012, foi deliberado promover-se a audiência prévia ao interessado (TPALCANCE – Empreendimentos Imobiliários SA) dado que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação.

Refere ainda que em 10.04.2012, veio o senhor Jorge Manuel Cardoso Ferreira, gerente da firma “Colheita Certa, Restauração e Turismo, Lda., solicitar o averbamento do processo para nome da referida empresa, tendo sido deferido por despacho do senhor Vice-Presidente, datado de 18.04.2012.

Face ao exposto, e dado que o requerente não solicitou a emissão do Alvará de Licença de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caduca nos termos do n.º.2 do artigo 71.º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal em audiência prévia do interessado, pelo que, propõe à Câmara que delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º. 5 do citado artigo, ao novo proprietário.

Deliberado: Aprovada por unanimidade

19-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO/NOVO LICENCIAMENTO (COD 42)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: CARLOS ALFREDO SANTOS NORTE CORREIA**LOCAL:** COVA DO BARRO - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 204/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 895, datada de 08.03.2012 e do parecer do Chefe da DUDE, datado de 16/03/2012, referindo que o requerente foi notificado nos termos do n.º.5 do artigo 71º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º.2, do mesmo artigo.

Informa que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido, pelo que propõe à Câmara que delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo o mesmo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

20-ASSUNTO: PROPOSTA DE PAGAMENTO DA SEGUNDA PRESTAÇÃO DO PLANO REFERENCIADO NO “CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PDM” E PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO DOCUMENTO REFERENTE À “ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO” (**COD 68**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 205/48/12 do senhor Vice-Presidente, que vem acompanhada da informação n.º. 1241, datada de 13.04.2012 e do parecer do Chefe da DUDE, de 13.04.2012, propondo à Câmara Municipal a aprovação do documento “Análise dos fatores críticos para a decisão”, após o que deve ser efetuado o pagamento à UTAD da fatura n.º. 2011FT100595, de 30.12.2011, no valor de 9.225,00€.

Deliberado: Retirada da ordem de trabalhos, devendo voltar à próxima reunião, acompanhada do documento a aprovar.

21-ASSUNTO: PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS (**COD 52-A**)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 206/52-A/11 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, com vista à aprovação dos protocolos a

Presidente

Secretário

celebrar entre o Município de Lamego e as entidades abaixo discriminadas, no valor global de 47.722,50 euros.

| | |
|---|-------------------|
| Academia de Música de Lamego | 10.000,00€ |
| Associação de escoteiros de Portugal – Grupo 49 - Lamego | 950,00€ |
| Associação de Etnografia e Folclore do Douro | 500,00€ |
| Associação Sénior Jerónimo Cardoso | 1.000,00€ |
| Associação Etnográfica e Recreativa da Penajóia | 950,00€ |
| Associação Cultural e recreativa de Penude de Baixo | 500,00€ |
| Associação de Festas de S. João | 2.850,00€ |
| Associação de Cultura e Desporto de S. Bento de Ferreirim | 950,00€ |
| Centro e Cultural de Ferreirim | 19.000,00€ |
| Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 140 (Lamego) | 760,00€ |
| Grupo de Cantares de Janeiras de Lalim | 750,00€ |
| Grupo de Teatro Aldeia Verde - Lazarim | 1.900,00€ |
| Queima do Judas – Junta de Freguesia de Lalim | 2.612,50€ |
| Entrudo de Lazarim – Junta de Freguesia de Lazarim | 5.000,00€ |
| TOTAL | 47.722,50€ |

Deliberado: Aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, que proferiu a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me por não concordar, com a disparidade de valores atribuídos às associações referidas, cuja distribuição, em minha opinião, deveria ter sido feita com base em critérios objetivos, previamente definidos, apontando como exemplo o caso do Centro Cultural de Ferreirim”.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu o senhor Vereador que a verba atribuída ao Centro Cultural de Ferreirim se deve ao pagamento de 2.500,00€ mensais, pela utilização das infraestruturas do Pavilhão e das Piscinas e 1.000,00€ pelas atividades culturais que aquela associação presta ao Município de Lamego.

22-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO XII PASSEIO TURISTICO NA ROTA DO VAROSA/DOURO (**COD 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 207/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face à informação n.º 282/DMSU, de 23 de abril de 2012, seja autorizada a realização do “Passeio Turístico na Rota do Varosa/Douro”, a realizar no dia 6 de maio de 2012, pelo Associação de Cultura e Desporto S. Bento de Rossas Ferreirim.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

23-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL NO LUGAR DE COVA DO BARRO NA FREGUESIA DE BRITIANDE (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 208/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 262/DMSU, de 13 de abril de 2012, seja colocada a seguinte sinalização vertical no Lugar da Cova do Barro, na Freguesia de Britiande:

- . Um espelho na Rua Direita em frente ao arruamento da Rua da Cova do Barro;
- . Um sinal vertical de cedência de passagem (b1), no lado direito no sentido descendente, na Rua da Cova do Barro.

Deliberado Aprovada por unanimidade.

APOS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

24-ASSUNTO: VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS (COD 42)

REQUERENTE: MARIA NAZARÉ BENTO

LOCAL: RUA DO CAMPO, Nº. 9 – 1º. DTO. - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 209/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 969 de 16/03/2012 e do parecer do Chefe da DUDE de 19/03/2012, referindo que foram notificados duas vezes consecutivas os proprietários do imóvel referenciado em epígrafe, no sentido de solicitarem o licenciamento das obras de demolição preconizadas no auto de vistoria n.º 95/10 de 30/11/2010.

Em 09/09/2011, veio uma das proprietárias – Luísa Maria Fonseca Santos Coelho apresentar um requerimento onde informa e propõe o seguinte:

- Não é a única proprietária do prédio;
- O prédio está desabitado e como reside em S. João da Madeira não é fácil manter a parte do prédio que lhe pertence habitável, uma vez que se desloca raramente a Lamego;

Presidente

Secretário

- Autoriza a Câmara a efetuar as obras descritas no auto de vistoria n.º 95 de 30/11/2010, estando disposta a pagar as despesas que lhes corresponderem ou em alternativa doam a sua parte do prédio à Câmara, ficando a cargo da Câmara as despesas inerentes da doação.

Pelo exposto, propõe que a Câmara delibere sobre a proposta da senhora Luísa Maria Fonseca Santos Coelho.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a doação do direito que a senhora Luísa Maria Fonseca Santos Coelho pretende fazer ao Município de Lamego, devendo os serviços jurídicos desencadear, em colaboração com a DFP, as diligências necessárias à outorga da escritura.

Mais deliberou dar conhecimento desta decisão à proponente.

25-ASSUNTO: QUEIXAS DE CASAS ANTIGAS EM PERIGO DE DERROCADA – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA Nº. 5 DE 28.03.2012 **(COD 42)**

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE

LOCAL: RUA DA SEARA - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 210/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao auto de vistoria n.º 05, de 28 de Março de 2012, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – Conclusão, do citado Auto de Vistoria.

Deliberado: Aprovada por unanimidade

26-ASSUNTO: PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E DELFIM DUARTE SANTIAGO, LDA. **(COD 42)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 211/42/11 do senhor Presidente da Câmara, para que seja ratificado o seu despacho datado de 19.04.2012, que aprovou a minuta do protocolo celebrado entre o Município de Lamego e Delfim Duarte Santiago, Lda.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

27-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Presidente

Secretário

REQUERENTE: ANTÓNIO GOMES RIBEIRO, GERENTE DO BAR “TREBARUNA”

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 212/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do Sr. António Gomes Ribeiro, gerente do bar Trebaruna, propondo que seja ratificado o seu despacho, datado de 30 de Abril de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, no dia 01 Maio de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 05, 06, 12, 13, 19, 20, 26 e 27 de Maio de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado Aprovado por unanimidade.

28-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

REQUERENTE: CAMILO JOSÉ OLIVEIRA FERREIRA – CAFÉ GRUTA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 213/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do Sr. Camilo José Oliveira Ferreira, gerente do bar Café Gruta, propondo que seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 06, 13, 20 e 27 de Maio, de 2012 de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor, neste Município de Lamego.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

29-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA, GERENTE DO BAR OLD ROCK CAFFE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 214/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do Sr. Paulo Alexandre Pereira Teixeira, Gerente do Bar Old Rock Caffé, propondo que seja ratificado o seu despacho, datado de 30 de Abril de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 28 e 29 Abril de 2012. Mais propõe que seja autorizado o mesmo horário, para os dias 05 e 06 de Maio de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

30-ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UMA ROULOTTE, NA ROTUNDA DA A24

REQUERENTE: PEDRO MACHADO DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 215/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge na sequência do pedido feito pelo Sr. Pedro Machado da Silva, residente no Lugar das Fogueiras em Britiande, com o Cartão de vendedor ambulante nº 44, válido até 16.05.2012, no qual requereu autorização para colocar uma “roulotte” na Rotunda da A 24, junto à saída para S. Martinho de Souto, do seguinte teor:

“O pedido foi formulado através de uma 1ª carta datada de 12.03.2012, secundada por uma outra datada de 13.04.2012, onde suporta o seu pedido de localização, referindo que o seu espaço de venda destina-se não só à comercialização dos

Presidente

Secretário

produtos agrícolas, mas que sendo os mesmos oriundos desta Região, faz igualmente uma promoção aos mesmos.

Mais argumenta que a referida “roulotte” está localizada no parque de estacionamento, junto do Senhor da Boa Passagem, no entanto devido a conflitos com outros vendedores bem como ser um sítio de pouca visibilidade, não obtém o rendimento necessário e como tal, pretende instalar-se na referida rotunda.

Como referência anterior, quero informar que em 2010, foi transmitido a este Senhor que não seria mais permitida a localização de “barracas” ou “roulottes” na rotunda, mesmo que em regime de venda ambulante, por razões de estética e igualmente de segurança rodoviária, altura em que se deslocou para o já citado parque de estacionamento, onde permaneceu em 2011.

Foi-lhe igualmente transmitido verbalmente de que a pretensão agora apresentada, não poderia ser acolhida favoravelmente pela minha parte, no entanto iria ser submetida à apreciação do Executivo da Câmara Municipal.

Mesmo assim, no passado sábado dia 28 Março, ao final da tarde, foi informado que estava a ser montada uma “roulotte” na rotunda, precisamente no espaço aqui solicitado pelo Sr. Pedro Machado Silva, tendo solicitado à PSP, que se deslocasse ao local para averiguar o que se estava a passar e identificar o ou os autores, dado não ter mais informação de quem se tratava. Aguarda-se o auto da Polícia sobre este assunto.

Sobre o pedido aqui presente, informa e salienta o seguinte:

- 1. Não se pode confirmar que esteja a haver uma proliferação de autorizações Camarárias, no que respeita ao licenciamento de espaços fixos de venda ambulante. Antes sim, confirmamos que em vários Municípios está a ser levado a efeito um apertado controlo sobre estas vendas que estão a proliferar de forma desordenada, muitas delas em clara violação da lei da concorrência, levando a que as forças policiais e de fiscalização estejam a intervir, apreendendo todo o material exposto para venda, impedindo assim esta “disfarçada” venda ambulante.*
- 2. O pedido aqui presente, não configura uma venda ambulante, mas sim a ocupação de um espaço público, com a finalidade de instalar um comércio, embora que sazonal, o que é completamente diferente, e que a ser autorizado, teria de cumprir o pagamento de taxas específicas e previstas no*

Presidente

Secretário

Capítulo V do Regulamento Geral de Taxas e Licenças em vigor neste Município;

- 3. Ora o Requerente tem somente um cartão de vendedor ambulante, o que em minha opinião, não lhe dá sequer o direito de exercer outro tipo de atividade comercial para além daquele definida legalmente como “venda ambulante” e que não é o que pretende com o requerimento presente;*
- 4. O Município de Lamego, de acordo com o Regulamento da Venda Ambulante não dispõe de lugares fixos para aquela atividade.*

Podem efetivamente ser criados espaços fixos para venda ambulante, no entanto e tendo em conta a legislação em vigor não o fez até ao momento, precisamente em obediência ao artº 15º do referido Regulamento Municipal e de acordo com o nº 1 do artº 17º do Dec Lei 122/79 de 8 de Maio, e posteriores alterações - “ Nas localidades dotadas de mercados com instalações próprias só será permitido o exercício da atividade de vendedor ambulante de produtos que se vendam nesses mercados quando neles não existirem lugares vagos para a venda fixa desses produtos “.

Ora o que acontece é que o mercado municipal dispõe de bancas próprias para a venda destes produtos bem como ainda dispõe neste momento de vários espaços vazios, sendo possível ao Requerente solicitar um destes espaços do mercado, bem como os produtores locais dispõe no mercado municipal de espaços próprios, a preços reduzidos, para poderem vender diretamente os seus produtos, razão pela qual o Município permite a venda ambulante, mas não a tem permitido de forma legal a venda ambulante em locais fixos.

- 5. Mesmo que a Câmara venha a demarcar áreas para “locais de venda ambulante fixos”, em minha opinião, o lugar em causa não cumpre as mínimas regras de estética, bem como de segurança rodoviária e para peões, face a estarmos perante uma entrada e saída de uma rotunda, numa curva, onde se cruzam viaturas ligeiras e pesadas, tendo em conta ser um acesso movimentado a Cepões, S. Martinho de Souto, entre outros, bem como do Supermercado.*
- 6. Acresce ainda referir, que têm sido rejeitados outros pedidos de ocupação de espaço na referida rotunda, para colocação de “roulottes” e outro tipo de*

Presidente

Secretário

“barracas”, destinadas ao comércio de produtos agrícolas e também de comidas e bebidas, cumprindo assim a legislação em vigor”.

Assim e pelas razões expostas propõe à Câmara Municipal, o seguinte:

1. Que seja indeferido o presente pedido de ocupação de espaço.
2. Que seja notificado o proprietário da “roulotte” que já se encontra lá colocada para que seja de imediato a mesma retirada.
3. Que seja feita a avaliação dos danos provocados no ajardinamento que estava efetuado pelos serviços do Município, de forma a notificar o responsável pela sua reposição (foto anexa).
4. Que de acordo com o artº 18º do Regulamento Municipal, bem como o artº 20º do Dec Lei 122/79 de 8 de Maio seja dado conhecimento às Entidades competentes.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido do requerente, conforme proposto nos pontos nela referenciados.

Mais deliberou que o requerente, retire, de imediato, a referida roulotte, que será, transferida, oportunamente, através de um novo pedido para o efeito, para um dos lugares a estabelecer, provisoriamente, no espaço lateral do acesso/arruamento ao novo Hospital de Lamego ou no estacionamento do parque designado por Senhora da Boa Passagem, em frente da Escola Rural de Lamego, em locais a definir previamente.

31-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

32-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário